

Uma feia briga por dinheiro

As negociações são “um inferno”, segundo Bresser.

O próprio ministro da Fazenda, Bresser Pereira, admitiu ontem que “dinheiro é um negócio desagradável”. Ao explicar a demo-
ra das negociações entre o Brasil e os bancos credores, ele disse que elas são “um inferno” e que “eles ficam brigando por causa de dinheiro”. O ministro também desmentiu a informação de que o presidente Sarney teria suspenso o fechamento do acordo com os bancos por causa da moratória que a Argentina estaria por anunciar.

“Pode ser que o acordo saia hoje (ontem), mas não tenho informações”, disse Bresser Pereira. E ao lhe perguntarem se pedira ao negociador Fernão Bracher para voltar de Nova York ao Brasil, respondeu: “Eu lhe disse que se a negociação não terminasse até as 12 horas de amanhã (hoje), ele deveria voltar”.

As especulações em torno da suspensão do acordo surgiram depois do encontro reservado que o ministro manteve, em sua residência oficial, no final da noite de quarta-feira, com o secretário de Fazenda da Argentina, Mário Brodersohn. O secretário teria sido enviado pelo presidente Raul Alfonsín para obter apoio do governo brasileiro à moratória argentina.

Essa versão foi desmentida pelo ministro da Fazenda e também pelo presidente do Banco Central, Fernando Milliet, quando, com Bresser Pereira, se dirigia para uma audiência com Sarney. Segundo Milliet, na reunião de Bresser Pereira com Brodersohn discutiu-se apenas a reunião de cúpula de oito presidentes e ministros da Fazenda latino-americanos, a ser realizada no final do mês, no México.

Mas a explicação de Milliet não foi suficiente para eliminar as especulações, especialmente quando revelou que tinha sido chamado às pressas por Bresser para participar da audiência com Sarney. O diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, também foi convocado na mesma circunstância.

Quando os três saíram do Ministério da Fazenda, o ministro demonstrava irritação. Depois de ter negado haver sido dado apoio à moratória argentina, Bresser comentou: “a negociação continua difícil porque esta

negociação é um inferno. Sabe o que é uma negociação inferno? Isso é uma negociação inferno”.

Falta apoio político

O PMDB está prejudicando seriamente o andamento das negociações da dívida externa brasileira. Esta constatação foi feita ontem pelo presidente Sarney durante longa conversa que manteve com o ministro Bresser Pereira. O presidente e o ministro concluíram que é preciso que o governo se lance urgentemente numa nova tentativa de rearticulação política com as lideranças daquele partido.

Acerca do encontro do presidente com o ministro da Fazenda, o porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto, se limitou a dizer que a negociação da dívida externa atravessa um momento muito delicado e muito difícil, destacando que, lamentavelmente, isto não vem sendo percebido por muitos políticos.

De acordo com o diagnóstico feito pelo presidente e pelo ministro, a falta de respaldo político das forças que dizem apoiar o governo neste momento tem contribuído enormemente para aumentar as resistências dos banqueiros e acatarem algumas posições que favoreceriam largamente o Brasil.

As manifestações de vários parlamentares do PMDB contra o pagamento simbólico de US\$ 500 milhões aos credores, feito através de um depósito em instituição internacional, para com isso descaracterizar o Brasil como mau pagador, e, do mesmo modo, aquelas contrárias a uma futura reaproximação do País com o FMI (Fundo Monetário Internacional), têm conseguido tumultuar bastante a imagem do País no Exterior.

Muitos dos banqueiros que negociam com o Brasil estão convencidos de que o atual governo não dispõe de apoio político para empreender uma negociação definitiva da dívida externa brasileira. Esta evidência fortalece a possibilidade de que se consiga obter no curtíssimo prazo apenas um acordo provisório com os bancos: o acordo definitivo, plurianual, somente seria fei-

to após a conclusão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, e após esclarecida a questão da duração do mandato de Sarney.

E outra questão levantada ontem no Palácio do Planalto foi sobre a possibilidade de outros devedores do Terceiro Mundo seguirem o exemplo brasileiro, adotando a moratória, ou suspensão do pagamento dos juros de dívida externa, como parece ser o caso da Argentina. Isto, segundo assessores de Sarney, sem dúvida nenhuma enfraqueceria o poder de barganha dos bancos credores. E, portanto, não seria recomendável ao Brasil fechar agora um acordo definitivo. O melhor seria esperar a nova onda de moratórias que pode ser deflagrada com o caso da Argentina.

No Palácio do Planalto afirma-se que o governo brasileiro não pensa em formar nenhum bloco de devedores para enfrentar os banqueiros. Entretanto, entende o governo que uma maior integração e um maior entendimento e troca de opiniões entre os devedores são coisas fundamentais.

Acordo com o FMI

Em Campinas, indagado ontem se o PMDB não se oporia a algum acordo, Bresser Pereira afirmou: “Sou um homem público e tenho de assumir as minhas responsabilidades. Eu já falei muitas vezes com os meus companheiros do PMDB. A maioria concorda com a minha posição. Haverá um ou outro que não concorde, mas se se quiser a reintegração do Brasil no sistema internacional é conveniente fazermos um acordo com o FMI. E é isso que tentamos fazer”.

O ministro também negou que a moratória brasileira esteja para terminar se não houver um acordo bom para o Brasil: “Para que a moratória do Brasil termine serão necessárias duas coisas: que até o dia 31 de dezembro haja um acordo com os bancos e que, entre 1º de janeiro e junho, quando teoricamente o Brasil começaria os desembolsos normais dos bancos, dos novos empréstimos, que se encontrasse um empréstimo-ponte ou alguma forma que permitisse o financiamento também do pagamento dos juros a vencer a partir de janeiro”.